



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

***“INVESTIR NA SAÚDE DO OCEANO, É INVESTIR NO FUTURO DO PLANETA”***

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA SESSÃO DE  
ABERTURA DA 2ª EDIÇÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL  
“CRESCENDO AZUL”**

**VILANKULO, 18 DE NOVEMBRO DE 2021**

**Sua Excelência Uhuru Kenyatta, Presidente da República de Quênia nosso convidado de honra;**

**Senhores Ministros aqui presentes e os que nos acompanham através das plataformas digitais;**

**Senhora Comissária para Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável da União Africana;**

**Senhora Secretária de Estado na Província de Inhambane;**

**Senhor Governador da Província de Inhambane;**

**Senhores Membros do Corpo Diplomático acreditados em Moçambique;**

**Senhora Directora do Banco Mundial para Moçambique;**

**Estimados Chefes de Delegações;**

**Ilustres Oradores Nacionais e Internacionais;**

**Distintos Convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

É com imenso sentido de gratidão que me dirijo a vós, por estarem connosco, hoje, nesta importante plataforma de diálogo internacional: a Conferência “**Crescendo Azul**”, na sua segunda edição, que se realiza na cidade turística e prodigiosa de Vilankulo, na província de Inhambane.

Quero saudar, de forma especial, Sua Excelência **Uhuru Kenyatta**, Presidente da República de Quênia, nosso convidado de honra, a este evento.

**KARIBU NYUMBANI, NDUGU RAISI UHURU!**

Permitam-me expressar o meu reconhecimento pela presença da Comissária para Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável da União Africana e de Chefes de

Delegações dos países irmãos e amigos, oradores internacionais e todos participantes que se dignaram juntar-se a nós, de forma presencial ou virtual.

A vossa presença, representa o sentimento comum que aportamos para debater, de uma forma concertada, os desafios prementes e as oportunidades que a economia do mar e do oceano nos apresentam, baseado no uso, gestão e conservação sustentável de recursos e ecossistemas aquáticos e marinhos, assentes nos princípios da equidade, da baixa emissão de carbono, da inclusão social e do desenvolvimento socio-económico.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Os oceanos, como reguladores do clima e da temperatura, podem ser entendidos como um património comum da humanidade.

São um elemento crítico da continuidade da vida humana, a par de serem fornecedores de alimentos e de sustento de milhões de pessoas.

Os oceanos oferecem uma estrada natural para as rotas do comércio internacional, ligando todos os continentes do mundo.

Por estas e mais razões, a protecção dos Oceanos constitui, em si, um elemento privilegiado para o alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável por forma a que as nossas acções de hoje não ameacem o bem-estar das gerações de amanhã.

No entanto, uma preocupação que nos chega dos vários cantos do globo é a utilização indevida dos recursos, o que originará destruição de habitats.

Observam-se actos de poluição, a perda de biodiversidade, a pesca excessiva, alterações climáticas e pressões sobre mares e oceanos, decorrentes do aumento da população nas zonas costeiras, o que pressiona a capacidade dos oceanos no seu papel vital para o bem-estar da humanidade.

Por isso, hoje, sob o lema “*Investir na Saúde do Oceano, é Investir no Futuro do Planeta*”, pretendemos, a partir de Vilanculo, orientar as nossas abordagens para que a valorização da importância estratégica do mar seja concretizada, através de uma gestão sustentada das zonas marítimas.

A protecção da humanidade não é apenas uma questão ambiental, mas também política e de interesse global, com o propósito de tirar pleno partido das suas potencialidades económicas, sociais e culturais, devendo esta acção pautar-se por forte compromisso político abrangente, integrado e de longo prazo.

Os oceanos fazem parte de Zonas Económicas Especiais, sendo um recurso partilhado em cerca de 60%, fora da jurisdição nacional dos países.

Do total de 54 países Africanos, 38 são países costeiros, numa área total sob jurisdição conjunta de cerca de 13 milhões de quilómetros quadrados.

Acrescentam-se, sob a designação da palavra “AZUL”, lagos e rios, colocando em evidência o potencial de recursos, que na óptica da União Africana dá lugar a “**Uma Nova Fronteira da Renascença Africana**”.

Deste modo, a cooperação entre países a que fazemos alusão deverá primar pela ratificação e implementação de um quadro legal regional e internacional, do qual destacamos com muita particularidade, dentre vários instrumentos:

a Convenção de Abidjan de 1981 para os países da costa do Atlântico;

- a Convenção de Nairobi de 1985, revista em 2010, relativamente aos países do Oceano Índico;
- e sobre a segurança marítima, o Código de Conduta de Djibouti de 2009, revisto em Jedah em 2017, assim como o Código de Conduta de Yaoundé em 2013;
- E mais os compromissos assumidos nos Acordos de Paris e recentemente no COP 26, terminado em Glasgow.

O oceano constitui-se num leque aberto de **oportunidades** no desenvolvimento, sendo de salientar:

- **Primeiro**, o comércio internacional por via do transporte marítimo, associado à integração das cadeias de valor de produtos primários e de exportação, incluindo recursos minerais dos países do interior. Podemos citar como exemplos, o surgimento de complexos ferro-portuários de larga escala em diversos países como Badaray e Lekki na Nigéria, Bagamoyo na Tanzânia, e Kribi nos Camarões. A par deste desenvolvimento, observa-se a evolução de estaleiros e da construção naval em vários países;

- **Segundo**, a pesca e aquacultura, com contributo directo para mais de 4 biliões de pessoas, tendo-a como uma fonte de maior segurança alimentar e dieta diversificada, além do emprego e a melhoria da balança comercial de muitos países;
- **Terceiro**, o turismo e lazer, em que mais de 95% das visitas ao continente Africano são contabilizadas por países costeiros e para alguns Estados-Ilhas, como Maurícias e Seychelles que, pelas ligações inter-sectoriais que o turismo acarreta, representa um peso substancial no PIB, na criação do emprego, na inclusão do género e na preservação dos valores culturais, assim como no aumento das exportações;
- **Quarto**, a extracção de recursos energéticos, sendo de salientar vastas reservas e produção de petróleo e gás em países costeiros como a Argélia, o Egipto, a Líbia, Nigéria, Camarões, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Sudão, Angola, Tunísia, Quénia, Tanzânia e Moçambique. Acresce o potencial nas energias renováveis, incluindo o vento e as ondas do mar;
- **Quinto**, o conhecimento científico, especialmente na investigação científica, orientada para a indústria farmacêutica e cosmética e da aplicação de novas tecnologias de profundidades para as limpezas dos oceanos, dentre outras áreas de interesse.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Sendo certo que as oportunidades se apresentam como um factor de aceleração do crescimento económico, não deixam de ser preocupantes os **custos económicos e impactos ambientais**, induzidos por estas actividades económicas, nomeadamente:

- As dragagens em áreas de ecossistemas ricos;
- O lixo marítimo, incluindo o lixo decorrente da pesca;
- A introdução de espécies marinhas invasivas por via das águas de balastro em prol da eficiência naval de um navio não-carregado, agravados pela navegação de minérios e recursos energéticos;
- A sobrepesca sem mecanismos de gestão das espécies e planos de recuperação de stocks, agravados pela pesca ilegal;

- A exploração em *offshore* de recursos energéticos, desde a fase da exploração até à produção, que envolve a perfuração, a instalação de plataformas no mar e de infra-estruturas submarinas que, quando não são bem geridas, podem causar erosões com efeitos nocivos sobre os *habitats* marinhos;
- A poluição através de águas residuais do mar em razão da pressão do crescimento urbano nas cidades costeiras, ao que se acresce resíduos químicos causadores de *stress* ambiental que resulta da actividade industrial.

Além destes desafios intrínsecos à actividade da economia azul, há que enfatizar as ameaças à integridade e sustentabilidade dos recursos aquáticos e marinhos.

Com grande destaque, são as mudanças climáticas, que provocam o aumento do nível dos mares, a erosão das zonas costeiras, acidificação dos oceanos, a destruição dos corais, sendo de realçar os efeitos de El Niño que ocorreram em 1998 e 2016 com impacto em alguns corais em África.

Adicionalmente, as mudanças climáticas aumentam a frequência e a intensidade de ciclones, o que afecta a segurança dos pescadores no mar e acarreta a destruição de infra-estruturas, concorrendo para a quebra dos níveis de captura de pescado.

Outra ameaça frequente relaciona-se com a segurança marítima. As actividades criminosas tais como a pirataria, o tráfico ilegal de bens e pessoas, representam um potencial entrave ao uso sustentável dos recursos da Economia Azul, e traz consigo o atraso no desenvolvimento socio-económico do continente.

Como se deve depreender, desenvolver estas novas oportunidades de riqueza e, ao mesmo tempo, enfrentar estes desafios globais, implica indubitavelmente uma governação do oceano assente na exploração e utilização sustentável dos recursos marinhos.

Assim, tendo em consideração que:

**Um**, Moçambique é um país rico em recursos naturais que possui cinco regiões com Miombo, Mopane, bosques indiferenciados e mosaicos costeiros.

É o lar de cerca de 5.500 espécies de flora e 4.271 espécies de vida selvagem terrestre, das quais 72% são insectos, 17% aves, 5% mamíferos e 4% répteis. Destas espécies, várias são endémicas de Moçambique, incluindo 2 espécies de mamíferos, 7 répteis, 11 peixes de água doce e 5 espécies de plantas vasculares.

Há um total de 300 espécies na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em Moçambique, das quais 120 estão ameaçadas.

A geografia marítima de Moçambique consiste numa extensão da linha da costa de 2.700 Km de comprimento, tem uma dimensão considerável da sua Zona Económica Exclusiva, que inclui arquipélagos, e possui vários vizinhos terrestres, a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe, a África do Sul e o Reino de Eswatini.

Moçambique tem vários habitats marinhos e costeiros, os mais importantes dos quais são os recifes de coral, mangais e prados de ervas marinhas;

**Dois**, desde Agosto de 2021, está em curso uma avaliação de viabilidade de REDD+ que poderá proteger e conservar 3 milhões de hectares na Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo. A área proposta para o projecto engloba quatro províncias: Gaza (principalmente), Inhambane, Manica e Sofala.

A visão final do projecto proposto é criar um dos maiores corredores de conservação na terra ligando o Parque Nacional Gonarezhou no Zimbabué e os Parques Nacionais de Banhine, Limpopo e Zinave em Moçambique através de um projecto REDD+ VCS agrupado e faseado com estes corredores, permitindo ainda uma ligação ao Parque Nacional Kruger na África do Sul através do Parque Nacional do Limpopo em Moçambique, que faz fronteira a leste da área proposta para o projecto.

A Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo é o lar de uma gama de vida selvagem incluindo mamíferos como o elefante, rinoceronte branco do sul, girafa, gnu azul, leopardo, leão, chita, mangusto e hiena manchada;

**Três**, um espaço marítimo com biodiversidade marinha, com o benefício de condições climatéricas que propiciam as actividades de turismo e lazer;

**Quatro**, uma localização privilegiada numa rota de navegação mundial que liga vários continentes e oferece alternativas de exportação de recursos de vários países do *hinterland* através dos corredores ferroportuários de Nacala, no norte; da Beira, no centro, e de Maputo, no sul do país;

**Cinco**, recursos minerais e energéticos comprovados na Bacia do Rovuma e com potencial na Bacia de Moçambique.

Desde 2015, Moçambique passou a assumir-se como um país oceânico por excelência e consciente das suas obrigações e das responsabilidades acrescidas na frente universal, em defesa da saúde do oceano, pelo que, em 2019, Moçambique decidiu estabelecer e organizar a Conferência Internacional “**Crescendo Azul**”.

Esta plataforma permite o diálogo através do qual nos juntamos ao movimento global por forma a contribuímos para um futuro, cada vez melhor, do nosso planeta, a promover a concertação, o alinhamento e a partilha do conhecimento necessários para a concretização dos compromissos assumidos face à Agenda 2030 das Nações Unidas – *O Futuro que Queremos*, em particular, o Objectivo número 14.

Apesar de a pandemia da Covid-19, que constitui um desafio de proporções históricas para o mundo, ter trazido incertezas e hibernado a dinâmica da cooperação no mundo, à semelhança de Moçambique, vários países e organizações na região empreenderam acções visando a materialização de iniciativas e cometimentos assumidos na 1ª Edição do “**Crescendo Azul**”.

Nesta senda, testemunhamos o contínuo reforço do quadro político e legal sobre a Governação do Mar e Economia Azul, projectos e iniciativas conjuntas, visando o combate ao lixo marinho, particularmente decorrente do lixo plástico, o reforço da resiliência costeira às mudanças climáticas e o aumento de acções de sensibilização para a necessidade de restauração e conservação dos ecossistemas marinhos, com destaque para o mangal.

Neste caso particular, Moçambique está a implementar a Estratégia Nacional de Restauração do Ecossistema do Mangal, para o qual o conhecimento científico é chave. É com muito regozijo que chegamos à conclusão de que, como país, estávamos certos ao enveredarmos por este caminho.

Um ganho concreto do qual nos podemos orgulhar, como país, é a recente aprovação, pelo Governo, do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo – POEM, em cumprimento de um dos compromissos arrojados, assumidos por Moçambique para a implementação do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (“ODS14”).

O Plano em alusão resulta de um exercício participativo, a nível nacional e com o apoio de parceiros de desenvolvimento, neste caso concreto, o Banco Mundial, a quem muito agradecemos.

O POEM é uma ferramenta multiuso que integra o plano de ordenamento do território nacional, contribui para consolidar a soberania do Estado no mar e para o processo de planificação, para orientar



investimentos na economia do mar e elaborar cenários que enformam decisões atempadas com vista a fortalecer a resiliência e adaptação climáticas.

O nosso país passou a ter um cadastro digital, denominado WebSIG, uma base de dados, que contém a caracterização da costa e do mar moçambicano, a distribuição dos valores, usos, actividades e funções existentes e potenciais no espaço marítimo nacional, para orientar o desenvolvimento sustentável do mar.

Dados globais da UNESCO, mostram que em África, dos 38 países costeiros, 42 por cento concluíram e/ou desencadearam iniciativas de elaboração de Planos de Ordenamento dos seus Espaços Marítimos, e Moçambique, orgulhosamente, integra o conjunto de países costeiros com iniciativa consolidada.

Paralelamente, estes ganhos permitiram a Moçambique ampliar o horizonte conceptual da Economia Azul Sustentável, bem como do acesso e utilização dos recursos marinhos e costeiros renováveis e não renováveis, tendo como “Visão”: *“Um mar seguro, gerido de forma integrada e responsável, com benefícios socio-económicos para Moçambique, rumo ao desenvolvimento sustentável”*.

Neste momento, Moçambique está empenhado em concluir a elaboração da sua *Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul*, documento programático e estruturante, através do qual o Governo pretende estabelecer e consolidar as áreas económicas prioritárias a desenvolver no contexto da Economia Azul em Moçambique.

**Senhor Presidente, Excelência;**

**Distintos Convidados,**

Investir na saúde do oceano, com vista a construir um planeta mais saudável para pessoas mais saudáveis, pressupõe o desenvolvimento de uma Economia Azul Sustentável, socialmente justa, equitativa e inclusiva, assim como promotora da paz e da estabilidade.

Por isso, acções concertadas, à escala universal, de combate ao terrorismo, ao tráfico de pessoas, de drogas, de armas e de recursos florestais, assim como a pesca ilegal, devem continuar no topo da agenda no concerto das nações.

O nosso país tem vindo a enfrentar, desde 2017, uma agressão terrorista com tentáculos internacionais, nos distritos do norte da província de Cabo Delgado, tendo já provocado a mortes de centenas de concidadãos nossos e milhares de deslocados.

Trata-se de uma acção cujo propósito não é somente a destruição e a pilhagem das riquezas dos países, como também, afecta o seu desenvolvimento. Moçambique é vítima directa do extremismo violento, numa altura em que a exploração de hidrocarbonetos, precisamente em Cabo Delgado, prenuncia o florescimento da sua economia e, consequentemente, a criação do bem-estar económico e social dos moçambicanos.

O terrorismo é uma ameaça à estabilidade global e não tem fronteiras, pelo que se afigura crítico a união de esforços e sinergias, a nível regional, continental e internacional.

Queremos agradecer aos países e organizações amigos que já trabalham afincadamente para apoiar Moçambique e tantos outros que têm prestado assistência de diferentes formas.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Este ano é marcado pelo início da Década da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2021-2030).

Os oceanos precisam de nós e temos uma oportunidade de, através de acções concretas e concertadas, e com evidências científicas, revertermos o cenário em relação a tudo quanto é pernicioso para este recurso natural colectivo e universal.

Por isso, somos apologistas de que, para dar sustento à Década da Ciência dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável, afigura-se necessário um esforço coerente no sentido de promover a literacia oceânica, por intermédio da educação formal e de actividades e projectos de sensibilização, conservação e capacitação.

A governação inteligente do oceano é um foco estratégico que se encontra alinhado com essa Agenda: ***agir para promover a prosperidade, protegendo o planeta***. Ou seja, a erradicação da pobreza tem de estar de mãos dadas com o combate às alterações climáticas e à protecção ambiental.

E o oceano é a principal arma de combate aos efeitos nefastos das alterações climáticas. Uma governação do mar inteligente e responsável implica a mobilização da ciência e a inovação para que a sustentabilidade se manifeste na governação nas dimensões social, ambiental e económica.

É deste modo que, no quadro da Economia Azul e Governação do Mar, mote deste evento, a presente conferência tem grande incidência na ciência e tecnologia, através de temas como:

- (i) Governação e Sustentabilidade dos Oceanos;
- (ii) Energia do Oceano;
- (iii) Oceano e Inovação e
- (iv) Rotas do Oceano.

#### **Estimados Parceiros Nacionais e Internacionais,**

Depois da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada há dias em Glasgow, na Escócia, e a caminho da 2ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, a acontecer no próximo ano, em Lisboa, co-organizada por Portugal e Quênia, é nossa expectativa que o “**Crescendo Azul**” se constitua num grande contributo em matérias tão prementes para o futuro da humanidade, como o ambiente e o clima.

Queremos, a partir daqui de Vilankulo, que a nossa voz ecoe no mundo inteiro, mostrando o nosso engajamento ambicioso nas questões do mar, do oceano e do planeta, entanto que país indissociavelmente do mar, que vive no mar e do mar.

O “**Crescendo Azul**” não é do Governo, nem tão pouco apenas de Moçambique. O “**Crescendo Azul**” é de todos os moçambicanos, assim como de todos os países e povos da Região do Oceano Índico Ocidental, do continente e do mundo. Neste sentido, é nossa expectativa que a presente edição suscite e também oriente para o sentido de pertença do “**Crescendo Azul**”, por parte de todos os países do continente, de forma a que este se torne, efectivamente, no ponto de encontro dos oceanos na região, onde, regularmente, sentimos o pulsar da saúde deste recurso partilhado e, juntos, repensamos e projectamos as melhores opções para a sua salvaguarda.

Conhecer e entender a influência do oceano em nós e a nossa influência no oceano é crucial para viver e agir no presente e legar um planeta para as gerações futuras.

Por razões geográficas, históricas, culturais e económicas, o nosso mar, ao longo do qual, de Quionga a Ponta do Ouro, habita cerca de 60 por cento da população, moldou e molda a vida dos moçambicanos e a forma como estes moçambicanos se relacionam com os outros povos e como nos integramos na comunidade internacional.

Antes de terminar, gostaria de expressar o meu reconhecimento a todos os que, com o seu saber e trabalho, tornaram este evento possível. Saudamos, em particular, a dedicação do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, o poder local da província de Inhambane e de Vilanculo e todos os que, directa e indirectamente, tornaram este acontecimento possível na grandeza em que se apresenta.

Mais uma vez, os nossos agradecimentos a todos os que nos honram com a sua participação nesta conferência, com o devido destaque ao Irmão, Presidente Kenyatta.

Com estas palavras, e na esperança de que ***“Investir na Saúde do Oceano, é Investir no Futuro do Planeta”***, rumo a um futuro azul para todos, **declaramos aberta a Segunda edição da Conferência Internacional “Crescendo Azul” – Vilankulo 2021.**

**Muito Obrigado pela vossa Atenção!**